

CENÁRIO DE GESTANTES EM SITUAÇÃO DE RUA E USUÁRIAS DE DROGAS: UM OLHAR SOBRE ESTIGMAS E VULNERABILIDADES

SCENARIO OF PREGNANT WOMEN IN HOMELESS SITUATIONS AND DRUG USERS: A LOOK AT STIGMAS AND VULNERABILITIES

Camila Bezerra Bião¹
Gabrielle Simon dos Santos²
Gislaine Rodrigues Queiroz³
João Augusto dos Santos Barbosa⁴
Maria Eduarda Neves Santos⁵
Mariana Santos Holtz Aderne⁶
Tifany Pereira de Sousa⁷
Marcio Costa de Souza⁸

RESUMO: A gestação é um período que gera diversas mudanças físicas, químicas e emocionais na vida da mãe e no meio em que a insere. Em mulheres em situação de rua, aliado a um cenário de abuso de drogas, invisibilidade e falta de informação, essa fase se torna ainda mais delicada para essas gestantes, que ainda lidam com o preconceito. O objetivo desse estudo foi analisar e discutir o contexto de estigmas e vulnerabilidades qual as mulheres gestantes em situação de rua e usuárias de drogas estão inseridas na nossa sociedade. Foi utilizada a metodologia de revisão de literatura de artigos selecionados através da pesquisa das palavras-chave em diferentes bases de dados. Nos resultados, foram discutidos os contextos históricos e sociais das pessoas em situação de rua, os entraves e estigmas para o seu acesso no sistema de saúde, as suas vulnerabilidades e as repercussões materno fetais que são causadas pelo uso de substâncias ilícitas durante a gravidez. Na conclusão, foi apontada a importância da adoção de medidas para melhorar a relação dessas mulheres com a saúde pública e aliviar as consequências às quais elas e seus filhos são submetidos no cenário em que se enquadram, buscando tornar o período gestacional delas humanizado, sabendo lidar com suas diferenciações.

1553

Palavras-chaves: Gestantes. Usuárias de Drogas. Drogas Ilícitas. Situação de Rua.

¹ Estudante de Enfermagem na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

² Estudante de Enfermagem na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

³ Estudante de enfermagem da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

⁴ Estudante de Enfermagem na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

⁵ Estudante de Enfermagem da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

⁶ Estudante de Enfermagem na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

⁷ Estudante de Enfermagem da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

⁸ Professor Adjunto da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

ABSTRACT: Pregnancy is a period that generates various physical, chemical, and emotional changes in the mother's life and within the environment it places her in. In women experiencing homelessness, compounded by a scenario of drug abuse, invisibility, and lack of information, this phase becomes even more delicate for these pregnant women, who also deal with prejudice. The objective of this study was to analyze and discuss the context of stigmas and vulnerabilities in which pregnant women experiencing homelessness and drug use are inserted into our society. The methodology used was a literature review of selected articles obtained through keyword searches in different databases. The results discussed the historical and social contexts of people experiencing homelessness, the barriers and stigmas affecting their access to healthcare, their vulnerabilities, and the maternal-fetal repercussions caused by the use of illicit substances during pregnancy. In conclusion, the importance of adopting measures to improve these women's relationship with public health and alleviate the consequences they and their children are subjected to in their current circumstances was emphasized, aiming to humanize their pregnancy experiences while addressing their specific needs.

Keywords: Pregnant. Drug Users. Illicit drugs. Street Situation.

INTRODUÇÃO

A gestação, considerada como um momento único na vida de uma mulher, é vista e experimentada de diferentes perspectivas. No entanto, apesar dessas divergências, todas as mulheres nessa situação vivenciam um período de transformações fisiológicas, físicas e psicológicas (Alves; Bezerra, 2020). Durante esse período, ocorrem mudanças tanto externas, como o aumento da circunferência abdominal, quanto internas, como as alterações hormonais e a maior demanda nutricional, com o intuito de desenvolver e proteger o feto, essas mudanças requerem preparação e cuidados por parte da mãe. Por tais motivos, a existência de cuidados pré-natais é de extrema relevância, visto que, ao assegurar o bem-estar da mulher gestante, estará também garantindo a saúde do futuro recém-nascido (Barros; Moraes, 2020).

Sob outra perspectiva, a situação de rua é um fenômeno social complexo que envolve diversas vertentes, afetando de forma crítica a parcela da população exposta a essa condição. Deve-se considerar que o perfil das pessoas em situação de rua é resultado da influência de diversos fatores presentes na sociedade. Análogo a isso, a historicidade do Brasil envolve uma constante e sistemática exclusão e segregação da população negra, fazendo com que os índices sobre as pessoas em situação de rua (PSR) predominem pessoas negras (Gameiro, 2021).

Nessa ótica, o perfil populacional das PSR também tem relação direta com vertentes socioeconômicas, o qual pode associar à diminuição de ofertas de trabalho, além da escassez e dificuldade em obter auxílios emergenciais promovidos pelo Governo Federal (Gioseffi *et al.*, 2023). Ademais, a falta de moradia adequada implica diretamente em vulnerabilidade e exposição à violência, fome, drogas e falta de acesso a serviços essenciais, principalmente os do setor da saúde (Silva *et al.*, 2023).

Diante desse cenário marcado por desigualdades e vulnerabilidades, em que principalmente as mulheres são submetidas a diversos tipos de violência, opressão e estigmatização, a experiência da gestação, a qual já apresenta inúmeros desafios e mudanças, torna-se um sério agravante. Em virtude disso, essas gestantes tornam-se ainda mais vítimas de seu cruel contexto social, o qual associado às novas violências e complicações obstétricas, resultam em uma experiência gravídica traumática (Schiavi *et al.*, 2023).

Outrossim, é crucial ressaltar que esse paradigma social na vivência do ambiente nas ruas pode propiciar a experimentação e a dependência de drogas, sejam elas lícitas ou ilícitas, principalmente como uma maneira de fuga temporária da realidade e das adversidades impostas. Tal situação é um problema de saúde pública devido aos impactos maternos, como dependência e abstinência, e fetais, já que as substâncias psicoativas podem ter repercussões irreversíveis à integridade do feto (Silva *et al.*, 2023). Contudo, apesar dos estigmas sociais, institucionais e demais crises enfrentadas por essas gestantes, há uma imensa lacuna acadêmica sobre essa temática e escassez de políticas públicas que considerem as necessidades singulares dessas mulheres.

Este trabalho tem como objetivos exibir as vulnerabilidades das mulheres que experienciam a gestação em situação de rua ao se tornarem usuárias de drogas, apontar os efeitos negativos que esta prática traz ao feto e à mãe, mostrar as falhas do sistema de saúde em administrar o cuidado direcionado a esse grupo e expor os estigmas em torno do direito de moradoras de rua gestarem independentemente de seus hábitos de risco. Assim, entendemos que, diante de tanta vulnerabilidade que é morar nas ruas, o uso de drogas torna-se mais um agravante para a manutenção da saúde e do bem estar durante o processo gestacional.

METODOLOGIA

Esse trabalho é uma revisão de literatura integrativa elaborado através do levantamento de artigos científicos nas bases de dados: *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Biblioteca Nacional de Medicina MEDLINE-PUBMED, Google Acadêmico. Como estratégia de pesquisa, foram utilizados os seguintes descritores: gravidez, gestantes, drogas ilícitas, pessoas em situação de rua e abuso de drogas. Os critérios de inclusão para a escolha dos artigos passaram pela língua (língua portuguesa e língua inglesa), estar disponível para download gratuito, possuir o texto completo e com a periodicidade dos últimos 5 anos (2019 à 2023).

Após análise primária de adequação sobre a temática estudada, obteve-se 26 artigos científicos nas bases de dados supracitadas. Depois de reunir os estudos, efetuou-se as etapas para escolha e análise em que sucederam a leitura do conjunto obtido, inicialmente pelo título em seguida os resumos e posteriormente o texto em sua totalidade, e assim, foram determinados aqueles que se relacionavam diretamente com o propósito desse artigo.

Na avaliação, inicialmente foi executada a pré análise, na qual os materiais foram organizados e agrupados de acordo com os objetivos gerais para fundamentar a pesquisa. Em sequência foi procedida a exploração dos documentos, os quais foram escolhidos caso se encaixassem no perfil desse estudo, através de uma leitura minuciosa com o intuito de analisar o texto, e por fim, foi realizado o tratamento dos resultados para o respaldo teórico principal desse artigo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Panorama histórico e legal da situação de rua

No contexto brasileiro, é nítida a disparidade existente em diversos setores sociais, onde a concentração de riqueza encontra-se em uma pequena parcela da sociedade, sendo 12,7 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza (IBGE, 2023). Dados como esse são resultados da história no Brasil, vinculados fortemente ao processo de abolição que resultou no fim do regime de trabalho escravo e a transição para o trabalho livre e assalariado. Esse momento histórico não contou com nenhuma intervenção significativa para integrar a parcela antes escravizada na sociedade, o que resultou em essa população ser submetida a condições subumanas e falta de acesso a oportunidades e serviços sociais (Oliveira *et al*,

2022). Essa circunstância histórica perpetuou a constante e sistemática exclusão racial, que se relaciona diretamente com o fenômeno multifacetado da situação de rua na contemporaneidade.

É inegável a presença de moradores de rua nas metrópoles brasileiras, e é evidente que cada um deles foi vítima de fatores socioeconômicos que os impediram de exercer o direito à moradia. O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) divulgou, em 2023 o relatório “População em Situação de Rua - Diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do governo federal”, que realizou um levantamento a partir dos cadastros e dos sistemas nacionais para trazer informações atualizadas sobre a situação da população em situação de rua (PSR). Em 2022, o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) registrou 236.400 pessoas vivendo em situação de rua, sendo 1 a cada mil pessoas (MDHC, 2023).

Contudo, é importante lembrar que, para ter acesso ao CadÚnico, o usuário precisa ter posse da certidão de nascimento ou do Cadastro de Pessoa Física (CPF). Uma das principais demandas desta população é a ausência de documentos que podem ter sido roubados, extraviados, perdidos ou deteriorados (Ipea, 2023). Este fator relacionado a documentação impede que políticas públicas sejam elaboradas com mais precisão, já que a falta de registros civis torna essa camada popular invisível aos olhos do Estado.

Muitos autores utilizam termos como “os invisíveis” para se referir à população de rua e existem diversos motivos para que essa parcela não seja vista pelo Estado. A visão do filósofo Achille Mbembe aplica-se nesse contexto em uma ligação com o seu conceito de necropolítica. Necropolítica é uma forma de controle social que se manifesta na negligência e no abandono de populações vulneráveis, o que impede o acesso dessa população a serviços sociais, econômicos e políticos. Um dos fatores que contribuem para a invisibilidade da população de rua é o capitalismo latente na sociedade.

A sociedade capitalista produz as necessidades mais básicas da vida com fins lucrativos, em que até a força de trabalho humana é posta à venda (Ceolin; Terra; Carmona, 2020). Segundo Max Weber, o trabalho dignifica o homem e é uma das ações sociais mais nobres e dignas presentes na sociedade. Esta ideologia da dignidade do trabalho juntamente com a importância desta força laboral para o capitalismo explica a invisibilidade dos moradores de rua, já que a força de trabalho deste grupo não é aproveitada e, portanto, tornam-se um grupo não economicamente ativo. Sendo assim, em um panorama capitalista

e classicista, é muito mais viável para as classes dominantes simplesmente excluí-los e segregá-los do resto da sociedade (Coolin; Torra; Carmona, 2020).

O relatório elaborado pela MDHC fez ainda uma análise do perfil desses moradores e constatou que 87% dos moradores de rua são homens, 55% são adultos entre 30 e 49 anos, 68% são negros (pardos - 51%, pretos - 17%), 90% sabem ler e escrever e 68% já tiveram emprego com carteira assinada. No contexto brasileiro, não é estranho ver homens negros em mais um grupo de vulnerabilidade. A institucionalização do racismo permite que o nosso olhar seja treinado a achar comum e conivente que pessoas pretas sejam submetidas a condições como essas sem nenhum espanto. Assim, podemos constatar que, apesar deste grupo ser heterogêneo, as pessoas pertencentes possuem em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados, a inexistência de moradia convencional regular e o uso de logradouros públicos como espaço de moradia e sustento (Brasil, 2009).

Diante da discriminação e da exclusão social, este grupo encara diversas problemáticas que afloram sua vulnerabilidade. No que tange a mulheres grávidas em situação de rua, essa vulnerabilidade torna-se ainda mais preocupante. As mulheres são vistas como seres angelicais que devem cuidar da casa, do marido e dos filhos (Santos; Baptista; Constantino, 2018). Porém, quando falamos de mulheres em situação de rua, estas são remetidas à prostituição e ao perigo (Lima, 2018).

No entanto, muitas mulheres têm o sonho de ter filhos, mas para aquelas que moram nas ruas, esse direito é suprimido, como se, por não terem boas condições socioeconômicas, estas mulheres não pudessem estar grávidas. Para lidar com essa pressão social, discriminação e preconceitos, as mulheres grávidas nesse contexto podem recorrer ao consumo de drogas lícitas e ilícitas como uma válvula de escape dessa realidade, o que pode gerar uma dependência química, a qual é um fator crucial que contribui para a permanência dessas mulheres nas ruas, além de ocasionar graves problemas na saúde da mulher e do feto (Machado *et al*, 2021).

Entraves e barreiras para o acesso à saúde

A saúde é um direito garantido pela Constituição Brasileira e que deve ser executado mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, no entanto, na prática, o acesso a esses serviços para pessoas em situação de rua (PSR) que fazem uso de drogas é limitado. A Política Nacional para a População em

Situação de Rua, instituída pelo Decreto nº 7.053 de 2009, visa garantir direitos sociais a essa população vulnerável, mas o forte estigma social somado a ausência de documentos pessoais, como o Registro Geral (RG) e o Cadastro de Pessoa Física (CPF), impedem o cadastramento das PSR. Como resultado, usufruir de forma pertinente e facilitada dos serviços de saúde, desde os básicos até os mais complexos, não é uma realidade para as pessoas que estão nesse contexto social (Ministério da Saúde, 2020).

Os usuários de drogas que vivem em situação de rua são sempre marginalizados pela sociedade, vistos por muitos como escória e considerados insignificantes no meio social. São percebidos com estigmas (descuidados, desleixados e imprudentes), visão que reflete em diversos malefícios para essa população. No entanto, sabe-se que isso não é uma realidade, já que, essas pessoas partilham dos mesmos direitos de cidadania que qualquer outra pessoa e, por muitas vezes, são levadas a essa situação por ausência de equidade nas políticas públicas do âmbito social. Essa população compartilha os mesmos sonhos, perspectivas e vontade de viver que qualquer outro cidadão e, por isso, merece medidas que assegurem seus direitos à cidadania (Brito; Silva, 2022).

Nesse cenário, fica evidente uma construção social rodeada de estigmas, em que a mulher em situação de rua, que por si só já vive em um ambiente visto com muito preconceito, enfrenta ainda mais julgamentos sendo usuária de drogas e estando grávida. Esse olhar discriminatório não parte apenas de quem desconhece a trajetória destas mulheres, mas parte, também, dos próprios profissionais de saúde que ao invés de ajudar descredibilizam essas mulheres. Antes de engravidar, as mulheres que fazem uso de drogas e moram nas ruas sofrem com a invisibilidade perante o sistema de saúde e, assim que a gestação é notada, há um desespero em monitorá-las, negligenciando sua saúde e seu bem estar, como se apenas a saúde do filho importasse para esses profissionais (Schiavi *et al.*, 2023).

Tendo em vista que a gestação é um evento único na vida de uma mulher, os profissionais da equipe multidisciplinar poderiam usar este momento para sensibilizar e conscientizar essa usuária sobre os malefícios ocasionados pelo uso de drogas para as mães e para os bebês. Um estudo realizado por Rós, Mello e Zanotelli (2018) mostrou que, quando atendidas por uma equipe bem estruturada, muitas mulheres podem deixar de usar drogas em prol da saúde dos seus filhos.

A desumanização dos profissionais de saúde em lidar com essa população é resultado da falta de capacitação e da discriminação, o que contribui de forma significativa para o ciclo sistêmico de exclusão desses usuários aos serviços de saúde (Rós; Mello; Zanutelli, 2018). Por vezes os profissionais de saúde julgam acreditar que essas pessoas são menos comprometidas com sua saúde, quando na verdade isso se refere a ausência de uma rede de apoio funcional que somada ao preconceito institucional acabam desencorajando as mulheres a procurarem atendimento de saúde necessário.

Durante o pré natal e o parto, essas mulheres são vistas como incapazes, tanto psicologicamente quanto socialmente, de cuidar de seus filhos. Nesses casos, há sempre um esforço em impossibilitar que a mãe saia da maternidade com sua criança, pois julga-se que essas crianças sofrem descaso e maus tratos por parte da família e do meio em que estão inseridos. Com isso, é construído nessas mulheres um medo incessante dos serviços de saúde, porque, durante toda a gestação, elas são atormentadas com a ideia de que lhes tirarão a sua prole sem lhes dar o direito do maternar, apenas por sua situação social (Schiavi *et al.*, 2023).

Condições individuais, programáticas e sociais da vulnerabilidade

1560

No cenário das gestantes em situação de rua e usuárias de drogas, as vulnerabilidades enfrentadas por esse grupo são profundamente enraizadas em diversos fatores sociais, econômicos e estruturais. Essas mulheres estão sujeitas a uma série de situações que vão além das dificuldades associadas à falta de moradia e ao uso de substâncias, o que inclui a escassez de uma rede de apoio, violência sexual e obstétrica, dificuldade de acesso aos serviços de saúde, a invisibilidade e negligência por parte do Estado e da sociedade (Nardes; Giongo, 2021).

A falta de redes de apoio e de um companheiro é uma das principais vulnerabilidades enfrentadas por gestantes em situação de rua. Muitas mulheres são abandonadas por seus parceiros após a descoberta da gravidez, o que pode contribuir para comportamentos prejudiciais como o consumo de álcool durante a gestação (Crisóstomo *et al.*, 2022). A ausência de suporte faz com que o processo gestacional e o puerpério sejam vivenciados sem assistência psicológica e econômica, agravando a sensação de isolamento e abandono. Esse contexto pode torná-las mais suscetíveis a problemas de saúde mental, como a depressão e a

ansiedade, agravando a solidão e tornando-as mais propícias a vivenciar situações de violência obstétrica e simbólica.

Nesse sentido, as mulheres em situação de rua são frequentemente vítimas de violência sexual, como prostituição forçada e estupro, muitas vezes em prol da sobrevivência e subsídio para compra ou troca de substâncias psicoativas, as quais são retratadas como um modo de escape do cenário impiedoso em que estão submetidas (Lacerda *et al.*, 2018). Essas circunstâncias aumentam o risco de infecções sexualmente transmissíveis, comprometem a saúde física e psicoemocional da mulher e podem ocasionar uma gravidez não desejada, escancarando como a violência é uma realidade para essas gestantes desde antes da concepção e afeta não somente a saúde imediata, mas também repercute a longo prazo na capacidade de confiar e se relacionar com outros, incluindo profissionais de saúde. (Barros *et al.*, 2020).

Este panorama de agressão se perpetua durante a gestação, parto, puerpério e alcança os serviços de saúde, nos quais os profissionais desrespeitam a autonomia, o corpo e a dignidade da grávida caracterizando a violência obstétrica, a qual é amplamente reportada entre essas gestantes e é um importante fundamento das vulnerabilidades, já que, predominantemente entre as mulheres em situação de rua e usuárias de drogas, o pré natal durante a gestação é o primeiro, e talvez único, momento em que são assistidas. Logo a discriminação e o tratamento desumano que essas mulheres frequentemente recebem as apartam do sistema de saúde e contribuem para a desconfiança e estigmatização (Schiavi *et al.*, 2020).

Esse tratamento inadequado é duas vezes mais comum entre mulheres sem moradia fixa em comparação àquelas com residência, e não se restringe apenas a atos visíveis e explícitos de negligência e maus-tratos, mas inclui comentários depreciativos, recusa de fornecer analgesia e decisões sem consentimento (Schiavi *et al.*, 2020). Nessa circunstância, outras vulnerabilidades se sobrepõem, como a desinformação, visto que a maioria delas são analfabetas ou possuem o ensino fundamental incompleto e desconhecem seus direitos, como o direito ao acompanhante. Isso as torna mais suscetíveis à violência obstétrica durante o parto e à separação quase imediata dos filhos no puerpério, frequentemente por intervenções judiciais ou institucionais.

Ademais, vale ressaltar que a falta de preparo e sensibilidade dos profissionais de saúde para atenderem as especificidades e singularidades desse grupo é um dos nuances da

escassez de políticas públicas e qualificações que considerem o contexto social dessas gestantes de modo mais humanizado (Santos; Baptistas; Constantino, 2021). Essa lacuna é apenas uma das muitas dificuldades dessas mães em acessar e permanecer assistidas no sistema de saúde

Entre essas dificuldades, destacam-se o deslocamento até o hospital, a falta de documentação e a invisibilidade social, pois sem documentos de identificação, essas mulheres não conseguem acessar serviços básicos de saúde. A falta de endereço fixo impede a continuidade do cuidado, uma vez que o sistema de saúde, apesar dos princípios de Universalidade, Integralidade e Equidade, foi estruturado para àqueles com residência estável (Lacerda *et al.*, 2018). Além disso, as políticas existentes, a exemplo da Política Nacional para a População em Situação de Rua, na prática são ineficazes.

Outrossim, a invisibilidade e a negligência social e estatal são importantes perpetuadoras de tais fragilidades. Essas mulheres frequentemente enfrentam uma dupla estigmatização: por sua situação de rua e pelo uso de substâncias, o que as torna alvos de preconceito e desumanização tanto na sociedade quanto nos serviços de saúde. Nesse sentido, a atitude blasé, idealizada pelo sociólogo alemão Georg Simmel, caracteriza-se pela indiferença e falta de empatia em relação a questões sociais, exercendo um papel crucial nessa negligência.

A tendência de minimizar ou ignorar as necessidades específicas dessas gestantes pode ser observada na falta de recursos direcionados e na inadequação das políticas públicas existentes. A ausência de uma resposta efetiva e holística por parte dos serviços de saúde e assistência social, provocam o retorno da invisibilidade tanto para mãe quanto para o bebê assim que se finda o processo gestacional (Schiavi *et al.*, 2020), o que demonstra uma carência de ações e programas sociais que visem a continuidade do bem-estar materno-infantil.

Repercussões maternas e fetais

A gestação é um período de alta complexidade ao corpo da mulher devido à alta carga hormonal presente em seu organismo. Esse período é crucial para a maturação e desenvolvimento do feto. Porém, a exposição ao uso de drogas, tanto lícitas quanto ilícitas, prejudica esse desenvolvimento e pode agravar a condição física e mental da gestante e do feto, o que traz sequelas irreversíveis. Tendo em vista que o consumo dessas drogas se tornou um grave problema de saúde pública, é necessário um olhar atento para a saúde da

mulher gestante e como o uso dessas substâncias agrava sua condição, desde casos de hipertensão até transtornos mentais (Maia, 2019).

Sob essa ótica, é importante lembrar dos impactos que as drogas acarretam no indivíduo que não está passando por um período gestacional, como problemas hepáticos, convulsões. É nítido que o hábito de consumir tais substâncias é a ação central na vida do usuário, que acaba negligenciando atividades básicas e fundamentais para sua saúde, como a alimentação e higiene. Dentre as consequências físicas e mentais, destacam-se a presença de doenças cardíacas, aumento de casos de infecções, cirrose hepática, transtorno afetivo bipolar e depressão. Além disso, muitos dos usuários relatam viver uma situação irreal de perseguição e ameaças (Silva *et al.*, 2016).

Acerca dos impactos na saúde da gestante, o álcool e cigarro são as drogas mais consumidas por elas pela facilidade de acesso e aceitação. (Silva *et al.*, 2022). O abuso de bebidas alcoólicas pode acarretar complicações no parto, como infecções, hipertensão uterina e descolamento da placenta. Já o cigarro interfere no período puerperal, dificultando a produção do leite materno. Quanto às drogas ilícitas, existe uma dificuldade em conhecer as consequências, visto que as mulheres não relatam utilizá-las ou não realizam as consultas pré-natais. Entretanto, destacam-se problemas cardiovasculares e sintomas psíquicos pela maconha, hemorragias intracranianas, parto prematuro e aborto pelo crack. (Maia *et al.*, 2019)

Ademais, o feto cuja genitora ingeriu bebidas alcoólicas durante a gestação tende a sofrer da Síndrome Alcoólica Fetal (SAF). O álcool, quando ingerido, realiza diversas reações químicas no organismo até ser transformado em acetaldeído, um metabólito tóxico. Durante a gravidez, o álcool e o acetaldeído atravessam a barreira placentária, e o feto, por sua vez, não possui enzimas necessárias para degradar essas substâncias tóxicas. Logo, a futura criança, caso conclua o desenvolvimento intrauterino, pode adquirir transtornos irreparáveis (Dutra *et al.*, 2021). Essa síndrome pode causar ao feto retardo mental, má formação congênita e transtornos psiquiátricos (Mota *et al.*, 2022).

Outro agravante para o feto é o descolamento prematuro da placenta (DPP), que consiste na separação precoce da placenta ao corpo uterino antes do início do trabalho de parto. A placenta tem a função de comunicação entre a circulação sanguínea da mãe e do feto, e quando ocorre o descolamento, essa troca é interrompida, privando o embrião de receber oxigênio, o que pode ocasionar nascimento prematuro ou sofrimento e morte fetal.

Algumas das principais causas do DPP são provenientes do uso de entorpecentes e narcóticos, o tabagismo gestacional aumenta em até 40% a cada ano de tabagismo a chance de contrair o distúrbio e o uso de cocaína tem relação de 13-35% a ocorrência de placenta abrupta (Deering, 2023).

A Síndrome de Abstinência Neonatal (SAN), decorrente do uso de drogas durante a gestação, expõe o bebê a opiáceos, o que desencadeia agravos na saúde da criança. A SAN é adquirida quando a gestante utiliza substâncias psicoativas que atravessam a barreira placentária e entram em contato com o feto. Após o nascimento, o bebê pode apresentar sintomas de abstinência das substâncias ingeridas no período intrauterino, como privação de sono, hiper irritabilidade, choro agudo excessivo, tremores e problemas cardíacos e digestivos (Teles *et al.*, 2023).

CONCLUSÃO

Neste estudo, evidenciou-se a discrepância na sociedade brasileira no que tange às mulheres gestantes e usuárias de drogas, enfatizando as consequências sociais e biológicas tanto para as mães quanto para os fetos. Essa revisão literária destacou a necessidade de melhorar as políticas públicas e visibilizar essa parcela da sociedade negligenciada pelo Estado, apontando a carência e a escassez de um olhar humanizado. Esse trabalho contribui para ressaltar as adversidades encaradas pelas mulheres grávidas em situação de rua e apontar a importância do auxílio estatal a esse grupo, a fim de garantir os direitos dessas mulheres.

Ademais, tal obra visa apresentar os efeitos que o consumo de drogas lícitas ou ilícitas, durante o período gestacional, tanto na saúde da mulher quanto para a saúde do recém-nascido, uma vez que se tem uma inacessibilidade aos serviços de saúde pública que são poucos oferecidos para essa parcela da sociedade. Para outros estudos, sugere-se pesquisas que aprofundem as vivências dessas mulheres, além de aprofundar outras etapas da maternidade como o parto e o puerpério.

REFERÊNCIAS

ALVES, T. V; BEZERRA, M. M. M. Principais alterações fisiológicas e psicológicas durante o Período Gestacional. *Revista Multidisciplinar e de Psicologia*, [S. l.], v. 14, n. 49, p. 114-126, 2020.

ARAGON, S. C *et al.* Acompanhamento pré-natal como fator determinante para diminuição de grávidas usuárias de drogas e repercussões nos neonatos: uma revisão sistemática. **Revista Amazônia Science & Health**, Amazonas, v. 8, n. 1, p. 55-65, 2020.

BARROS, C. C. *et al.* Vivências de cuidado por mulheres que gestam em situação de rua*. **Revista Rene**, [S.l.], v.21, p. e43686. 2020.

BARROS, M. N. C; MORAES, T. L. de. Saúde da mulher na gravidez: uma revisão bibliográfica. **Revista Extensão**, [S. l.], v. 4, n.1, p. 75-81, 2020.

BRASIL. População em situação de rua: diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do governo federal. **Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania**, Brasília. 2023.

BRITO, C.; SILVA L. N. da. População em situação de rua: estigmas, preconceitos e estratégias de cuidado em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva** [S. l.], v. 27, n. 01 , p. 151-160, 2022. <https://doi.org/10.1590/1413-81232022271>

CEOLIN, B.; TERRA, I. C.; CARMONA, R. População em situação de rua: estudo da realidade vivida. **Caderno Humanidades em Perspectivas**, [S. l.], v. 4, n. 8, p.117-126. 2020.

CRISÓSTOMO, B. dos S. *et al.* Determinantes sociais da saúde e o uso de drogas psicoativas na gestação. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v.35, p. eAPE0340345, 2022.

DEERING, S. H. *et al.* **Descolamento prematuro da placenta**. Medscape, 2023. Disponível em: <https://emedicine.medscape.com/article/252810-overview?form=fpf>. Acesso em: 30 jul. 2024.

DUTRA, A. G. R. *et al.* Complicações gestacionais relacionadas ao uso de drogas por gestantes. **Revista Eletrônica Acervo Científico**, [S.I] v. 35, p. e8702, 2021.

GAMEIRO, N. **População em situação de rua aumentou durante a pandemia**. Portal Fiocruz, 2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/populacao-em-situacao-de-rua-aumentou-durante-pandemia>. Acesso em: 10 de jul. 2024.

GIOSEFFI, J. *et al.* Perfil sociodemográfico das pessoas em situação de rua notificadas com tuberculose no Município de Rio de Janeiro, Brasil, nos anos de 2015 a 2019. **Cadernos de Saúde Pública**, [online], v. 39, n. 10, p. e00051122. 2023.

LACERDA, A. L. P. *et al.* Gestação em situação de rua: os embates e o papel da assistência em saúde. **RESU - Revista Educação em Saúde**, [s.l.], v. 10, p. 93-100, 2022.

LIMA M. S. de. **A quem pertence essa gravidez?** Reflexões sobre a maternidade de mulheres que fazem uso de drogas e agentes do estado. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

MACHADO, T. O *et al.* Uso de drogas ilícitas na gestação: quais os malefícios à integridade do bebê?. **Global Academic Nursing Journal**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. e102, 2021.

MAIA, J. A. *et al.* Uso de drogas por mulheres durante o período gestacional. **Revista Enfermagem Contemporânea**, Salvador, v. 8, n. 1, p. 25-32, 2019.

MARCONI, M. A.; LAGATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MOTA, I. C. S. *et al.* Síndrome alcoólica fetal - consequências e diagnósticos. **Revista EVS - Revista de Ciências Ambientais e Saúde**, [S.l.], v. 48, n. 1, p. e8771, 2022.

NARDES, S.; GIONGO, C. R. Mulheres em situação de rua: memórias, cotidiano e acesso às políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, n. 1, p. e66011, 2021. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n166011>

NATALINO, M.. Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012-2022). **Ipea**, Brasília, v.1, n.1, p. 1-24.

OLIVEIRA, R. B. de; MARTINS, V. O recorte racial como traço permanente da população em situação de rua no Brasil. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 22, n. 2, p. 403-421, jul/dez. 2022.

RÓS, C. R. R.; MELLO, L. F. M. de; ZANOTELLI, M. Gestação: mulheres em situação de rua sob uso de drogas. **Revista da Faculdade de Direito da Ajes**, Juína, v. 7, n. 13, p. 53-67. 2018.

1566

ROSA, V. H. L *et al.* Acesso à saúde: problemas enfrentados por gestantes em situação de rua. **Revista observatório de la economia latinoamericana**, Curitiba, v. 21, n. 10, p. 18251-18267, 2023.

SANTOS, G. C.; BAPTISTA, T. W. de F.; CONSTANTINO, P. De quem é esse bebê?: desafios para o direito à maternidade de mulheres em situação de rua. **Caderno de Saúde Pública**, [S.l.], v. 37, n. 5, p. e00269320. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00269320>. Acesso em: 19 de jul. 2024.

SCHIAVI, E.N. *et al.* Vulnerabilidades entre mulheres em situação de rua vivenciando a gestação, parto e puerpério. **Escola Anna Nery**, [s.l.] v. 27, p. e20220384, 2023.

SILVA, A. do C. P. *et al.* Consequências e riscos do consumo de drogas na gravidez: uma revisão integrativa. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 11, n. 4, p. 1-8, 2022.

SILVA, E. R. da. *et al.* Impacto das drogas na saúde física e mental de dependentes químicos. **Ciência, Cuidado e Saúde**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 101-108, 2016.

SILVA, L. R. J. *et al.* Alterações congênitas como resultado da utilização de cannabis por mulheres grávidas. **Revista Transdisciplinar UNIVERSO da saúde**, São Gonçalo - Rio de Janeiro, v.2, n.2, p. 1-10, jan/jun. 2023.

TELES, F. V. *et al.* **Síndrome de Abstinência Neonatal (SAN): uma revisão sistemática.** 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) – Centro Universitário UNA, 2023.